



Conhecendo o Judiciário: a prática de Estágio em Psicologia Jurídica
Getting to know the Judiciary: the practice of an Internship in Legal
Psychology
Apprendre à connaître le pouvoir judiciaire : la pratique d'un stage en
psychologie juridique

Mauro Batista Negreiros¹

Jane da Silva Paes²

Alice Guimarães de Sales³

Cristina Pereira da Silva⁴

João Vítor Araújo Freitas⁵

Marlyse Pantoja de Almeida⁶

RESUMO

As práticas da psicologia por muitas vezes se encontram com diversas outras áreas de conhecimento, seja em vertentes de saúde, humanas, ou sociais, o que ocorre no caso do direito, que trabalha com a manutenção da ordem, civilidade e cumprimento

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Saúde Metal, Álcool e Outras Drogas pela Universidade Estadual do Amazonas – UEA. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Kuriós. Bacharel em Psicologia pela UFAM. Docente da Faculdade de Tecnologia da Amazônia – FATEC. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial LABFEN (FAPSI/UFAM). Supervisor no Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: m.b.negreiros@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0535-4567>

² Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicologia Clínica de Base Fenomenológica pelo Instituto de Ensino Vision. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Bacharela e Psicologia pela UFAM. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO). Preceptora em Psicologia na Pós-graduação em Saúde Pública com ênfase em Estratégia de Saúde da Família (UEA/ESAP). Coordenadora Adjunta da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE/UFAM). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial LABFEN (FAPSI/UFAM). Supervisora no Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: janedasilvapaes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-8518>

³ Graduanda em psicologia pela faculdade de tecnologia do Amazônia – FATEC. E-mail: alicegsaless@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3760-8135>

⁴ Graduanda em psicologia pela faculdade de tecnologia da Amazônia Fatec. E-mail: cp592974@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3614-3885>

⁵ Graduando em psicologia pela faculdade de tecnologia do Amazônia – FATEC. Email: thevituur@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5381-8806>

⁶ Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia da Amazônia- FATEC. E-mail: marlysepantoja@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-43570625>



das leis, que por lidar com pessoas vai precisar interagir com as ciências que estudam o ser humano, seus comportamentos, vontades, jeitos e formas de se organizar coletivamente, a psicologia jurídica aqui abordada trata sobre essas questões onde há a interação destas áreas, tornando-se também um vasto campo de atuação para os psicólogos e riquíssimo ambiente de aprendizado para os graduandos que buscam saber mais sobre essa vertente da psicologia. O presente artigo tem como objetivo trazer a experiência da prática desses alunos na jornada de desenvolvimento pessoal e acadêmico que optaram pelo estágio no ambiente jurídico, onde puderam observar a postura do profissional desta área, entender os termos e formas de funcionamento do ambiente, além de ter a oportunidade de imergir em uma realidade completamente diferente da sala de aula, gerando assim grandes aprendizados e proporcionando o favorecimento da ampliação de ideias sobre a própria psicologia, evitando assim que a psicologia seja referida apenas para o consultório ou clínica no decorrer da graduação.

Palavras-chave: direito, assistência, psicólogo jurídico, estágio básico

ABSTRACT

The practices of psychology often meet with several other areas of knowledge, whether in health, human, or social aspects, which occurs in the case of law, which works with the maintenance of order, civility and compliance with laws, which because you deal with people you will need to interact with the sciences that study human beings, their behaviors, desires, ways and ways of organizing themselves collectively, legal psychology addressed here deals with these issues where there is interaction between two areas, also becoming a vast field of activity for psychologists and a rich learning environment for undergraduates looking to learn more about this aspect of psychology. This article aims to bring the practical experience of these students on the journey of personal and academic development who opted for an internship in the legal environment, where they were able to observe the professional's attitude in this area, understand the terms and ways in which the environment works, in addition to have the opportunity to immerse yourself in a reality completely different from the classroom, thus providing great learning and convenience and encouraging the expansion of ideas about psychology itself, thus avoiding psychology being referred only to the office or clinic during the course.

Keywords: law, assistance, legal psychologist, basic internship

RÉSUMÉE

Les pratiques de la psychologie rencontrent souvent plusieurs autres domaines de connaissance, que ce soit dans les aspects sanitaires, humains ou sociaux, ce qui se produit dans le cas du droit, qui travaille au maintien de l'ordre, de la civilité et du respect des lois, qui, parce qu'il s'agit de personnes dont vous aurez besoin pour interagir avec les sciences qui étudient les êtres humains, leurs comportements, leurs désirs, leurs manières et formes de s'organiser collectivement, la psychologie juridique abordée ici traite de ces questions là où il y a interaction de ces domaines, devenant également un vaste domaine de activité pour les psychologues et un environnement



d'apprentissage riche pour les étudiants de premier cycle souhaitant en savoir plus sur cet aspect de la psychologie. Cet article vise à apporter l'expérience pratique de ces étudiants sur le chemin du développement personnel et académique qui ont opté pour un stage dans le milieu juridique, où ils ont pu observer l'attitude des professionnels dans ce domaine, comprendre les termes et les manières dont l'environnement fonctionne, en plus d'avoir l'opportunité de s'immerger dans une réalité complètement différente de la salle de classe, générant ainsi un excellent apprentissage et encourageant l'expansion des idées sur la psychologie elle-même, évitant ainsi que la psychologie ne soit référée uniquement au bureau ou à la clinique lors de l'obtention du diplôme.

Mots-clés : droit, assistance, psychologue juridique, stage de base

A disciplina de estágio básico é ofertada nas estruturas curriculares dos cursos de Psicologia como um dos fundamentos na formação de graduação em Psicologia (Castro *et al*, 2024). De forma geral, o estágio básico ocorre nos períodos iniciais do curso e, em muitas ocasiões, caracteriza-se por ser o primeiro contato do discente com sua futura prática profissional. Ao inserir o discente em atividades práticas, principalmente no que concerne a observação da atuação de um profissional, o estágio inicial ou básico visa favorecer a reflexão acerca da postura ética na prática profissional, como também proporcionar atividades de observação, registro, anamnese e exame psíquico, além de promover discussões sobre o conceito de normalidade, conforme aponta Coelho Junior (2022).

Destarte, trata-se de uma disciplina que busca identificar e desenvolver as principais habilidades que o psicólogo precisará ter para realizar atendimentos e intervenções. Castro (*et al*, 2024) menciona a importância da disciplina de estágio básico no contexto da Psicologia Jurídica e a pluridimensionalidade das vivências dos discentes do Curso de Psicologia da uma faculdade particular da Cidade de Manaus – AM.

Isto posto, o presente trabalho pretende apresentar as percepções que os referidos discentes obtiveram a partir da participação na disciplina de Estágio Básico, na qual os discentes atuaram como observadores da atuação profissional da Psicóloga no **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC**, que se trata de uma unidade judiciária de excelência que oferece um serviço especializado ao jurisdicionado e população em geral. Antes disso, apresentaremos,



brevemente, os principais aspectos da disciplina de Psicologia Jurídica, a qual foi eleita pelos discentes como a área de aplicação da Psicologia a partir da qual observariam a prática do profissional.

Os principais aspectos da disciplina de Psicologia Jurídica

O Direito, de acordo com Oliveira (2011), é uma ciência que tem por objeto a própria Sociedade, a qual é formada a partir das relações intersubjetivas que acontecem cotidianamente entre os cidadãos que a compõem. Neste sentido, o objetivo da Ciência Jurídica é a criação de normas que visam instruir os indivíduos de uma dada sociedade a reger suas práticas cotidianas levando em consideração o que é aceitável ou não, para o bem geral de toda a comunidade. Portanto, o Direito intenta regulamentar a forma como essas relações sociais devem ser seguidas.

A Psicologia, por outro lado, realiza um estudo sobre o comportamento humano e por isso tem mais subsídios para compreendê-lo porque o aborda como um fenômeno que é influenciado por uma multiplicidade de fatores. Destarte, a ciência psicológica intenta buscar dois objetivos, o primeiro é a compreensão do indivíduo e seu comportamento no seio desta sociedade e o segundo o entendimento do comportamento social, isto é, o comportamento de grupos de indivíduos como um todo (Negreiros & Paes, 2024).

Ao compararmos as duas ciências, jurídica e psicológica, teremos que o Direito visa os fatos objetivos e concretos para demonstrar as provas matérias, logo, geralmente utiliza-se do método dedutivo para analisar o que está certo ou errado na conduta humana como forma de controlá-la, no sentido inverso, a Psicologia se ocupa das evidências subjetivas e por isso admite uma margem de erro, além de que utiliza do método empírico-descritivo que busca compreender os processos que influenciam a ação humana.

Através da interdisciplinaridade, que é o movimento que visa unir as duas ciências, jurídica e psicológica, busca-se superar a letra fria da lei, isto é, a restrição jurídica ao âmbito legal, normativo, técnico e instrumental e que corresponde aos aspectos inflexíveis da lei – que geralmente desconsidera o contexto. Conforme destaca Oliveira (2011) “analisar o Direito como uma ciência autônoma e autossuficiente pode se mostrar um grande erro do jurista, que pode desconsiderar



uma gama de elementos sociais, políticos, históricos, geográficos, geopolíticos e psicológicos, dentre outros, presentes em um caso concreto” (p.3).

Ao menos três resultados práticos são produzidos pela interdisciplinariedade entre a Psicologia e o Direito. O primeiro resultado corresponde ao esclarecimento de fatos a partir de perícias psicológicas e análise de provas testemunhais. O segundo resultado condiz à indicação que os psicólogos podem oferecer com relação ao modo de proceder, como por exemplo, o modo de conduta em interrogatórios. E o terceiro resultado da parceria consiste na predição de condutas, isto é, a partir da avaliação de traços de personalidade, há possibilidade de antecipação de condutas, além de outros pormenores, considerando cada especificidade dos casos.

Logo, a intercessão interdisciplinar da Ciência Jurídica e da Ciência Psicológica produz a disciplina da Psicologia jurídica, a qual pode ser definida como a aplicação dos conhecimentos científicos da Psicologia junto a agentes ou clientela de instituições relacionadas à aplicação e/ou execução de leis, abrangendo, portanto, o estudo, as técnicas e as práticas vinculadas a temas específicos do universo jurídico (Negreiros & Paes, 2024).

À guisa de exemplo, tomemos o raciocínio de um fato concreto. A mata B em determinada circunstância. Segundo a previsão legal do Código Penal do Brasil (datado de 1940), determina-se que homicídio é crime e tem por pena a privação da liberdade, logo, “A” deve ser preso (de acordo com a letra fria da lei). No entanto, a ciência psicológica possibilita a ciência jurídica uma compreensão mais abrangente e neste caso em comento, “A” pode ser um psicótico, devendo então receber tratamento médico-psicológico como medida de segurança (Negreiros & Paes, 2024). Esse exemplo põe diante do jurista a grande questão: como saber que “A” não deve ser tratado com pena a privação da liberdade e ter a percepção de que nesse caso é preciso a internação em um ambiente de tratamento especializado? “É neste momento que a Psicologia Jurídica mostra o seu papel fundamental na complementação do Direito” (Negreiros & Paes, 2024, p. 684).

Diante das informações anteriormente exposta, podemos destacar várias áreas de atuação da Psicologia Jurídica. Na área de Infância e Juventude, a Psicologia Jurídica pode atuar nos processos de adoção, nos casos de negligência paterna e alienação parental, infrações, na aplicação de medidas socioeducativas. A Psicologia



Jurídica pode atuar também na área de Família, auxiliando na compreensão de processos de separação, em casos de paternidade, na disputa pela guarda de menores, acompanhamento de visitas. De forma semelhante, a Psicologia Jurídica pode atuar junto as testemunhas com a análise de falsas memórias, com o acompanhamento de testemunhas participantes do programa de proteção às testemunhas. Igualmente, na área Cível a Psicologia Jurídica pode atuar nas interdições de incapazes, nos processos de indenizações e de danos psíquicos; Podemos frisar também a atuação da Psicologia Jurídica na área Policial, na área do Direito Penal e na área de Penitenciárias, visando a seleção e formação de policiais e agentes de segurança e os respectivos atendimentos psicológicos; com a realização de perícias, de avaliação de insanidade mental e/ou delinquência; com as indicações de aplicação de penas alternativas, intervenção junto aos reeducandos, egressos e agentes de segurança e mediação, como em casos de sequestros, por exemplo.

A partir do excesso de processos judicializados para dirimir conflitos, torna-se possível perceber que muitas pessoas buscam o Poder Judiciário por acreditarem que a autoridade decisória de um Juiz de Direito irá resolver seus problemas. Dessa forma, algumas pessoas buscam, na decisão judicial, uma solução mágica e imediata para todos os seus conflitos, ou seja, as pessoas integrantes de um processo tentam transferir a responsabilidade de decisão de suas vidas para a figura de algum operador do Direito, no exemplo em discussão, o juiz. Portanto, o Juiz pode (e deve) recorrer ao auxílio do psicólogo jurídico com intuito de dirimir os conflitos.

Neste mesmo sentido, também deparamo-nos com a concepção de que muitas pessoas envolvidas em litígios consideram a entrevista psicológica como uma atividade desnecessária e que serve apenas para protelar o processo, dado que não compreendem a importância das questões subjetivas que ocorrem por trás das ações judiciais demandadas. E a concepção vai além, grande parte das pessoas envolvidas em litígios não parecem estes de fato interessadas ou preocupadas em realizar uma reflexão acerca de seu papel na dinâmica familiar ou de sua conduta e suas repercussões. Isso termina por fazer que os conflitos se repliquem no âmbito judicial, aumentando a demanda e não resolvendo eficazmente os litígios entre os envolvidos.

Por outro lado, importa destacar que algumas das pessoas envolvidas no processo não escolheram a intervenção psicológica em termos de avaliação de um



psicólogo, ou mesmo a serem submetidas a uma entrevista psicológica, por isso, tendem a se entrincheirar numa atitude de resistência e passam a não colaborar com o processo, tendo em vista que, o que elas parecem buscar é que seus interesses prevaleçam sobre os interesses de terceiros, afinal, pode ser seu desejo, no fundo, manter vínculos afetivos, nem que sejam de forma conflituosa, quando já não resta outra possibilidade de relacionamento amistoso entre as partes envolvidas.

Surge, diante dessas concepções, o trabalho do psicólogo atuando como mediadores nos casos em os envolvidos no processo se disponham a tentar um acordo. Compreende-se que uma das premissas das buscas pelas ações judiciais é obter conciliações, acordos, ou mesmo se evitar o prolongamento desgastante das litigâncias, por isso, A mediação se faz necessária em diversos contextos no âmbito jurídico.

Destarte, surge o papel do mediador como figura que pode favorecer o diálogo, o entendimento das argumentações de ambas as partes do processo, os cuidados com preservação emocional dos envolvidos e possibilitar viabilidade e objetividade às propostas existentes, já que a atividade de mediação preza pela resolução do conflito, pelo benefício mútuo ou ao menos pelo mínimo de dano possível. No entanto, quando o juiz for negativo a mediação, ao psicólogo pode ser pedido oficialmente uma avaliação de um dos sujeitos (Silva, 2020).

Efetiva-se o trabalho do psicólogo jurídico a partir do momento em que o profissional coloca seus conhecimentos à disposição do juiz, o qual irá exercer a função julgadora. Assim, o psicólogo terá a competência de levar aos autos uma realidade psicológica dos agentes envolvidos que ultrapassa a literalidade da lei. Ao efetuar uma análise aprofundada do contexto (social, econômico, político, histórico, geográfico, etc.), em que essas pessoas que acorreram ao Judiciário estão inseridas, o psicólogo desenvolve um trabalho que vai além da mera exposição dos fatos. Neste mesmo viés, o psicólogo poderá proporcionar a análise dos aspectos conscientes e inconscientes, verbais e não verbais, autênticos e não-autênticos, individualizados e grupais.

Em termos práticos, o psicólogo judiciário desenvolve trabalhos como a avaliação psicológica das partes envolvidas no processo, com acompanhamento de casos, com aconselhamento psicológico e com orientação, mediação,



encaminhamentos e a respectiva elaboração de documentos pertinentes. Entretanto, esse trabalho não tem o objetivo precípua de produzir provas, de acordo com sentido jurídico do termo, mas sim o de apontar indicadores das situações dos envolvidos no processo jurídico, afinal, o verdadeiro objetivo do trabalho do psicólogo jurídico é, ou deveria ser, garantir e proteger os direitos das pessoas envolvidas no processo; auxiliar em questões relativas à saúde mental dos envolvidos em um processo e buscar possibilidades para o bem-estar e recuperação do indivíduo.

As ações do Psicólogo jurídico podem ser promovidas em todas as áreas do âmbito judicial. Podemos citar, dentre as principais áreas de maior demanda do psicólogo jurídico está o Direito de Família, área na qual o psicólogo atuará junto a mediação ao sofrimento e conciliação das questões enfrentadas, assim como, mediará o processo de separação e de divórcio de cunho litigioso, o processo de divisão de bens, de disputa de guarda e de regulamentação de visitas dos filhos que passarão adaptação à guarda compartilhada e na compreensão da dinâmica familiar. Dessa forma, o psicólogo jurídico atua sugerindo medidas que poderiam ser tomadas.

Merece especial destaque do direito da criança e do adolescente como área de atuação do psicólogo no âmbito jurídico, principalmente no que diz respeito aos processos de adoção, ocasiões em que o psicólogo judiciário atuará na avaliação dos candidatos dentro das exigências legais, tendo como objetivo a prevenção da negligência, do abuso, da rejeição ou da devolução. Convém salientar também que o profissional atuará nos processos que envolvem a destituição do poder familiar, isto porque a transferência da responsabilidade da guarda de menores para terceiros jamais deve ser feita sem que ocorre muita reflexão. Além dessas atividades, o psicólogo jurídico também atuara junto a adolescentes em conflito com a lei que são encaminhados para cumprimento de medidas socioeducativas. Nestes casos especificamente, seu objetivo será focar aspectos educativos em face da responsabilidade dos adolescentes como forma de viabilizar a reintegração social.

O Direito Civil também é uma área em que o psicólogo jurídico será acionado para atuar, ou seja, nos processos em que são requeridas indenizações oriundas de danos psíquicos, assim como nos casos de interdição judicial (Lucas & Homrich, 2011). O psicólogo jurídico também atuará na área de Direito Penal como perito na verificação de periculosidade e das condições mentais dos envolvidos. Na área dos



processos trabalhistas, o psicólogo atua efetivamente como perito, viabilizando uma vistoria para avaliar as congruências entre as condições de trabalho e a saúde mental do trabalhador, assim como, os danos psicológicos causados por acidentes de trabalho, bem como, casos relacionados ao afastamento e a aposentadoria por sofrimento psicológico, portanto, o psicólogo produzirá um laudo analisando e disponibilizando elementos que servirão de subsídios para a investigação jurídica.

Um das principais atividades do psicólogo judiciário é a realização da avaliação psicológica (AP) e corresponde um exame de caráter compreensivo. Ao realizar a AP, o objetivo do psicólogo judiciário é responder questões específicas quanto ao funcionamento psíquico adaptado ou não de uma pessoa durante um período específico de tempo ou para prever o funcionamento psicológico da pessoa no futuro (Noronha & Alchieri, 2004). Portanto, a AP precisa levar em consideração informações sobre o funcionamento psíquico com finalidade de fornecer informações fundamentadas que orientem, sugiram ou sustentem o processo de tomada de decisão por parte do magistrado.

Visando a plena realização da AP, o psicólogo jurídico cumpre algumas etapas. A primeira etapa corresponde ao levantamento de perguntas relacionadas aos motivos da avaliação e definição das hipóteses iniciais e dos objetivos do exame. No segundo momento, é promovido o planejamento, seleção e utilização de instrumentos de exame psicológico e se prossegue do levantamento quantitativo e qualitativo. Em seguida, realiza-se a integração dos dados e informações e formulação de inferências pela integração dos dados e por fim ocorre a comunicação de resultados, orientação sobre o caso e encerramento do processo (Lucas & Homrich, 2011). Estão previstos a utilização de instrumentos em todas essas etapas, tais como os próprios testes psicológicos (escalas de desenvolvimento, testes de inteligência, teste de aptidão, teste de personalidade); questionários, inventários, entrevistas, observações situacionais (Lucas & Homrich, 2011).

Vale ressaltar que o teste é “uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento” (Anastasi & Urbina, 2000, p.197), ou seja, é um procedimento sistemático para observar o comportamento e descrevê-lo com a ajuda de escalas numéricas ou categorias fixas (Cronbach, 1996), o teste é, portanto,



compreendido como um conhecimento reduzido por se tratar de recorte da realidade (Lucas & Homrich, 2011).

Por outro lado, a testagem psicológica possibilita enquadrar o sujeito a um diagnóstico, no entanto a metodologia de aplicação dos testes psicológicos não poderá se restringir às influências da Psiquiatria, pois, se assim for, a prática do psicólogo jurídico, muitas vezes, fica limitada a díade: aplicação de testes – diagnóstico (Lucas & Homrich, 2011).

Assim, durante o período de consolidação da disciplina de Psicologia Jurídica, os profissionais enfrentaram a crítica que se estabeleceu de que o profissional psicólogo que se limitava a mera aplicação de testes, tendendo a se manter na compreensão biomédica sobre a doença, que pelas lógicas de testagem reduzem o sujeito a escores e produzem uma leitura errônea dos comportamentos e relações. Isto posto, a mera atividade de aplicar testes sem se produzir uma reflexão acerca do contexto e fenômenos que envolvem a realidade do processo termina por excluir a compreensão das relações de poder, anula produções sociais no sujeito, nega o inconsciente e silencia os processos mais ricos que fazem o sujeito tornar-se cultural (Negreiros & Paes, 2024).

Ao contrário do que se é esperado na Ciência jurídica, em que se deve considerar os fatos materiais acima de tudo, a ciência psicológica não toma como base a discussão moral do que é certo ou errado e nem se pauta em aspectos objetivos da lei. Assim, por muitas vezes, o trabalho desta ciência esbarra no subjetivo, no imaterial, no imaginativo, naquilo que não se contabiliza, como o próprio pensamento. Isso acontece porque há de se considerar aquilo que é visível e invisível aos outros e não apenas o que pode ser declarado por outrem.

Por essa razão, dentro do âmbito jurídico e dentre todas as outras figuras de representação dessa esfera, o olhar do psicólogo pode ser o mais humano, dado que as mais diversas bases teóricas em psicologia, não apenas em psicanálise, podem favorecer a compreensão do comportamento, das razões, motivações e comportamentos do sujeito.

Para o entendimento dos fatos, é essencial a compreensão do sujeito em sua totalidade. Em muitos casos, para compreender o que se passa, o que houve, como algo aconteceu e repercutiu para determinada pessoa, é interessante perceber que o



que pode ser considerado vai além dos fatos narrados, da concretude material do que é visto, também é preciso ir afundo na descrição do que foi vivido (Holanda, 2014), isto pode trazer à tona os sentidos e significados e o entendimento do que está para além da materialidade, mas que também faz parte do fenômeno experienciado.

Dentro de um sistema em constante aperfeiçoamento para o melhor cuidado com a vida em sociedade, uma postura humana com o entendimento sobre as questões humanas pode ser um diferencial, afinal, quando o direito evoluiu, quando os direitos humanos surgiram e as lutas pela inclusão da humanização em diversos serviços direcionados às pessoas tornou-se um objetivo causar o mínimo de dano físico e psíquico, assim também se percebe a necessidade do olhar humano dentro da dinâmica de funcionamento do judiciário, visando o mínimo de dano psicológico, enquanto se cumpre as leis de forma eficaz.

METODOLOGIA

Após roda de conversa promovida com os discentes do terceiro período, participantes da disciplina de Estágio Básico do Curso de Psicologia, atribuímos a caracterização psicológica em cada uma de suas falas que geraram Unidades de Significado e, posteriormente, deram origem às categorias de análise, com base no olhar da fenomenologia-existencial, e, considerando a proposta de Giorgi & Souza (2010) e Pereira & Castro (2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escolha pela observação da prática profissional do Psicólogo no âmbito da Psicologia Jurídica

Os discentes da disciplina de Estágio Básico (cursada no terceiro período do Curso de Psicologia de uma Faculdade particular na cidade de Manaus), diante do objetivo da disciplina que era observar e relatar a atuação de uma Psicóloga ou um Psicólogo, puderam optar pelo âmbito da Psicologia em que procederiam a observação da atuação profissional. Este grupo específico de alunos optou por observar a atuação do Psicólogo dentro do ambiente jurídico, devido a acessibilidade e por se apresentar como um âmbito de interesse dos discentes, os quais almejam, futuramente, trilhar uma carreira na área da disciplina de Psicologia Jurídica.



De acordo com a compreensão dos discentes, é de fundamental importância a presença da Psicologia no âmbito jurídico, uma vez que, os processos ali em andamento nas varas judiciais, não limitam-se somente a aplicação das leis, mas abarcam os sentimentos, as emoções e percepções das pessoas envolvidas nos litígios, em especial atenção quando se trata de ocorrências que envolvem os direitos de crianças e adolescentes. Portanto, os conhecimentos psicológicos, inerentes à própria ciência, podem possibilitar que as pessoas (partes litigantes do processo) desenvolvam maneiras mais saudáveis de lidar com os conflitos, de lidar com a vulnerabilidade e que, em grande parte dos casos, a manutenção do desentendimento torna-se desencerraria.

Segundo o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, logo o ordenamento jurídico aplica-se a todos, por isso, se uma pessoa comete um ilícito penal, por exemplo, será responsabilizada conforme a previsão legal que a precede, no entanto, a presença da Psicologia Jurídica dentro dos tribunais permite uma reflexão subjetiva ao analisar cada caso como um fenômeno único, em face de legislações, muitas vezes, de caráter generalista. Os psicólogos jurídicos, dessa forma, podem atuar de forma analítica e preventiva para a identificação de transtornos mentais a fim de promover saúde mental dentro do âmbito jurídico e assim evitar que os conflitos assumam um caráter mais drástico.

As partir de suas próprias percepções, os discentes compreendem a ciência psicológica como um conhecimento que possibilita desvelar a subjetividade de cada pessoa, em sua própria essência, dado que cada pessoa estabelece suas próprias relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo de maneira muito particular, formando suas próprias opiniões, convicções e crenças, formando suas próprias redes de relacionamentos afetivos e familiares, assim, o psicólogo jurídico poderá atuar na tentativa de lançar-se junto com o outro na compreensão do seu próprio papel naquele processo em particular, principalmente no que concerne o envolvimento de crianças, afinal, há muitos conflitos entre os próprios genitores. Destarte, compreende-se a práxis da psicologia jurídica como uma disciplina que não serve para julgar, mas para ajudar, tendo em vista que a presença da psicóloga jurídica é de fundamental importância para orientar as famílias dentro de um processo litigioso, como no



exemplo de pais que não se permitem olhar para o contexto e compreenderem seus papéis naquela realidade conflituosa.

Por fim, a compreensão dos discentes acerca do fazer psicologia dentro do âmbito jurídico é marcada pela concepção de que trata-se de uma disciplina que é capaz de promover a saúde mental, tanto em termo de reabilitação quanto em termo de ressocialização das pessoas, em face das orientações que psicólogo proporciona, principalmente para aquela pessoa que retomar seu convívio a sociedade.

Apresentando o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC Famílias

O local de observação da atuação profissional foi o **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC Famílias)** em funcionamento no Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcelos, localizado na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas e com uma estrutura física composta por ampla sala de recepção, secretaria /acolhimento, Gabinete (Juiz coordenador), salas para sessão de conciliação (13), espaço para desenvolvimento das atividades do Psicossocial (05), copa, banheiro e fachada com identificação. Estrutura que foi aprovada pela Portaria nº 1216/2017/TJAM, e efetivada em 2019, em cumprimento à Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça que instituiu a Política Judiciária Nacional de abordagem às demandas provenientes de conflitos de interesses, o Núcleo de Conciliação das Varas de Família – NCVF.

No dia 04 de março de 2024, os discentes realizaram a primeira visita ao **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC Famílias** e na ocasião foram recepcionados pela Psicóloga Larissa Paula Briglia de Souza, Gerente do setor de Psicologia que passou a explicar que o **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC** é uma unidade judiciária de excelência que oferece um serviço especializado ao jurisdicionado e população em geral. Sua instalação e implementação nos Tribunais de Justiça do Estado do Amazonas objetiva a redução da carga de processos no Judiciário e a oferta de caminhos para a solução de conflitos dentro do menor prazo possível ao cidadão, assim como a disseminação de formas de pensar para que os envolvidos possam solucionar futuros litígios a partir da experiência vivenciada. Dessa forma, busca-se uma sociedade mais consensual e pacífica.



Conselho Nacional de Justiça define os **Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC'S** como:

'células' de funcionamento da Política Pública, nas quais atuam os grandes responsáveis pelo seu sucesso, suas "peças-chave", que são os conciliadores, mediadores e demais facilitadores de solução de conflitos, bem como os servidores do Judiciário, aos quais cabe a triagem dos casos e a prestação de informação e orientação aos jurisdicionados para garantia do legítimo direito ao acesso à ordem jurídica justa. (Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/como-esta-estruturada-a-politica-judiciaria-nacional-de-tratamento-adequado-de-conflitos>).

Esse equipamento público possui uma estrutura organizacional simplificada com espaço onde Ministério Público, Defensoria Pública e os Advogados - cuja atuação estiver vinculada à realização de audiências/sessões do CEJUSC - podem comparecer ao ato, fazendo a efetividade do Sistema de Justiça ser muito maior, pois restará alargado o expediente forense, bem como, promoverá ações de cidadania e possibilidade de firmar parcerias com entidades públicas e privadas. Isto contando com ações de cidadania e possibilidade de firmar parcerias com entidades públicas e privadas.

O setor psicossocial, na condição de integrante do CEJUSC Famílias, passou a desempenhar as funções descritas/sugeridas no Guia de Conciliação e Mediação – Orientações para implantação dos Cejusc's, do CNJ. Atendendo aos requisitos exigidos, O Setor Psicossocial, conta com a seguinte estrutura física: sala de atendimento psicossocial, sala de atendimento para crianças e adolescentes, e brinquedoteca, no entanto, conforme indicado pelo referido Guia. Os profissionais do Setor Psicossocial do Cejusc os profissionais elaboraram fluxo específico de encaminhamento dos casos e diretrizes técnicas compatíveis com a realidade local e com a legislação de cada área profissional, o que caracterizou uma atuação psicossocial inovadora.

Apresentando as atividades desenvolvidos no Setor Psicossocial do CEJUSC - Famílias

O papel de mediação do setor psicossocial do CEJUSC - FAMÍLIAS, composto por assistentes sociais e psicólogos, é fundamental no processo de resolução de



conflitos familiares. Os colaboradores do CEJUSC atuam em audiências de mediação, auxiliando na organização e no suporte à população, realizando cerca de vinte e quatro audiências por dia na área de família.

A atividade de audiência de mediação atende dez varas judiciais de família do Tribunal de Justiça do Amazonas em que a assistente social e psicóloga atuam na mediação dos conflitos com fito de desafogar as demandas judicializadas e proporcionar mais autonomia de decisão para as partes envolvidas no litígio dar autonomia para a população. Para tanto, a profissional se utiliza da abordagem de Psicologia Breve e nessas mediações, a prioridade será resguardar os direitos das crianças, em termo de convivência com seus familiares e quando envolve questões de impedimentos de guarda. No entanto, a psicóloga aponta que muitos outros conhecimentos psicológicos são exigidos para a atividade profissional, e citou por exemplo, os conhecimentos oriundos da disciplina de Psicologia do desenvolvimento para embasar o atendimento de crianças, as quais contam com brinquedoteca para observação e atendimento quando ocorre a necessidade de serem escutadas pelo serviço psicossocial.

Indo além das audiências de mediações, o CEJUSC – FAMÍLIAS promove outras atividades que incluem o plantão psicológico, a formações de grupos flexíveis de pais, a produção de podcast abordando assuntos de famílias, e divulgação em rede sociais. A atividade de plantão psicológico concentra-se em atendimento de urgência, reorganização e acolhimento de famílias que estão atravessando problemas de diversas ordens, cujos familiares encontram-se em momento de “transformação”, logo, o plantão surge com a intenção de ajudar, escutar, acolher e dar suporte para a família com atendimentos que, em média, tem a duração de cinquenta minutos para cada pessoa das pessoas envolvidas.

A atividade de realização de podcast tem a finalidade de discutir os temas familiares mais relevantes, tais como, alienação parental, guardas compartilhadas, etc. Já as atividades que envolvem as redes sociais, tem a finalidade de proporcionar a divulgação das atividades promovidas pelo CEJUSC – FAMÍLIA e propagar conteúdos informativos, sempre tendo como temas as relações familiares. Ademais, o CEJUSC – Famílias também realizam visitas institucionais a Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social



(CREAS); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Instituições de Ensino Superior, com intuito de divulgar as atividades do CEJUSC e fortalecer a rede de saúde mental do território.

Dentre as principais atividades fomentadas pelo CEJUSC – Famílias, encontra-se a Oficina de Parentalidade para Pais e Filhos que os discentes tiveram a oportunidade de participar, já que se trata de uma atividade aberta ao público, o qual, além de participar, conta com momentos de interação ao final da oficina e que podem dirimir suas dúvidas com informações prestadas pelos os profissionais do setor psicossocial estão disponíveis para ouvir e esclarecer dúvidas, oferecendo suporte necessário aos participantes em seus processos judiciais.

Essa atividade ocorre mensalmente e reúne grupos diferentes de pais e filhos. A oficina direciona-se a orientação levando em consideração a universalidade das famílias, tais como, famílias monoparentais, famílias reconstituídas, famílias poliamorosas, etc. A atividade conta com a participação de profissionais da área, como psicólogos, assistentes sociais e estagiários. Ela é dividida em três grupos de idade: crianças, adolescentes e adultos, proporcionando espaços diferenciados para cada um dos grupos de forma que possam participar de atividades adequadas à sua faixa etária, ou seja, enquanto os adultos estão participando da palestra, suas crianças estão em salas específicas participando de atividades conforme sua idade.

A oficina aborda temas como comunicação não violenta, sentimentos diante de transformações familiares, mitos e verdades sobre guarda compartilhada, entre outros. Em determinadas circunstâncias, em que os genitores se separam e, naturalmente, formam novas famílias, eventualmente pode se fazer presente a dificuldade de compreender a mudança familiar por alguns dos envolvidos. Nesse aspecto, a oficina apresenta uma finalidade pragmática de orientar a comunicação entre as partes, momento em que as profissionais apresentam materiais audiovisuais, como placas, vídeos e os próprios desenhos produzidos pelos filhos dos participantes em atendimento no setor psicossocial. A proposta da oficina, portanto, apoia-se no auxílio a pais e demais familiares participantes a buscarem maneiras saudáveis de comunicação e lidarem com o processo de transformação familiar pelas quais estão passando.



Ao participarem das oficinas de parentalidade, os discentes puderam observar a atuação da psicóloga e perceberam o quanto os pais participantes são mobilizados. Durante a realização da oficina, os pais são convidados a repensarem seus papéis familiares, principalmente no que diz respeito a relação com seus próprios filhos e ao reconhecimento de que deve haver uma diferenciação do seu papel enquanto genitor ou enquanto cônjuge. Em face dessas relações, e a partir dos relatos dos próprios pais participantes, foi possível compreender o quanto os participantes produzem projeções acerca de seus próprios posicionamentos familiares e muitos buscam ter entendimento do que é mais adequado a se fazer na criação das crianças. Além disso, ocorrem muitos questionamentos acerca de temas práticos, como por exemplo, dúvidas acerca do funcionamento da guarda compartilhada e alienação parental.

Também despertou a atenção dos discentes a observação do quanto a psicóloga, utilizando-se de uma linguagem adequada e técnica, concentrou-se de maneira espontânea, clara e objetiva na orientação acerca da utilização da comunicação não violenta por parte dos pais entre seus familiares, e principalmente com suas crianças. Além disso, a psicóloga promoveu dinâmica sobre mitos e verdades acerca de sentimentos e emoções diante da transformação familiar, dos sentimentos dos filhos, da guarda compartilhada e concedeu muitas outras informações importantes.

Caba destacar que, em todas as atividades realizadas no CEJUSC, ocorre a participação intensa dos estagiários, dessa forma, o centro também se apresenta com um ambiente de preparação dos futuros profissionais, afinal, eles são estimulados pelos psicólogos a desenvolverem sua criatividade nas atividades, com certa liberdade de atuação para as funções que lhes são delegadas. Como exemplos, os discentes citaram os vídeos, a ornamentação, dinâmicas, a apresentação dos desenhos que as crianças produziram na brinquedoteca durante a realização da Oficina de Parentalidade.

Assim, os servidores do setor do Psicossocial incentivam os estagiários a trabalharem e a melhorarem a produtividade, aproveitando todas as ideias criativas e esse estímulo é refletido nas audiências de mediação e consequentemente nas tomadas de decisões judiciais.



As percepções dos discentes acerca da postura profissional observada

Em referência à atuação da profissional cuja postura foi observada, os discentes obtiveram a impressão de que foram muito bem acolhidos, principalmente em face da disponibilidade em que a psicóloga se colocou desde as primeiras visitas e concedendo muitas instruções acerca do objetivo e das atividades que são desenvolvidas ali no CEJUSC. Portadora de uma postura muito humana e compreensiva, bem acolhedora e muito prestativa, conforme a perspectiva dos discentes, a psicóloga apresentou o trabalho que ela faz de forma primorosa, à medida que a visita inicial era conduzida por ela num *tour* entre os setores do centro de mediação.

Sem se despojar de um comportamento muito ético e técnico, a profissional, de forma natural, franqueou o acesso dos discentes a todos os cenários do centro, resguardando, no entanto, com especial cautela, as audiências de mediações que ocorriam no momento, dado que são atividades que prezam pelo sigilo e pela discricção. Entretanto, a psicóloga obteve êxito em abrir as portas para do centro para os discentes, oportunizando que todos conhecessem os setores e seus respectivos colaboradores. Em diálogo franco e aberto, a psicóloga, pela percepção dos discentes, demonstrou com simplicidade e sabedoria o domínio do trabalho que desenvolve no setor, assim como, pelo fundamento teórico que elencou ao narrar o desenvolvimento das atividades, demonstrou, que de forma muito lúcida, consegue alinhar a prática profissional ao fundamento teórico da Psicologia Jurídica mais atualizada. Por tudo isso observado pelos discentes, a psicóloga foi definida por eles como uma pessoa muito sábia, uma profissional completa, que tem conhecimento abrangente e, acima de tudo, disponível para repassar sua experiência.

Em que pese se tratar de um ambiente judicial, e, portanto, bastante formal, a profissional se apresentou com muita naturalidade e carisma, não apresentava uma seriedade sisuda, pois sempre estava sorrindo, sem abandonar, em nenhum momento, uma postura ética e técnica nas suas abordagens. Por parte dos discentes, pairava a fantasia de ser o tribunal um local muito sóbrio, e os profissionais serem muito fechados, mas ao se depararem com o contexto real, perceberam que os colaboradores ali presentes estavam imbuídos em tornar o ambiente mais leve, acessível, e realizar suas atividades com mais naturalidade. Esse clima organizacional



proporcionou uma percepção aos discentes de que os colaboradores sentiam-se felizes em estarem ali presentes, ocupados em suas atividades práticas sem perder o contato com os colegas ao lado, por fim, todos pareciam satisfeitos em ocupar seu lugar naquele centro e gostarem do que estavam desenvolvendo.

Esta postura, este clima, esta felicidade, ao perceber dos discentes, foi contagiante e os estimularam ainda mais, afinal, a psicóloga foi brilhante ao propiciar o entendimento dos discentes, principalmente no que tange a sua capacidade de adaptar suas pratica profissional aos preceitos teóricos da disciplina. Estes ingredientes forjam um espaço adequado para atender as pessoas que ali chegam em busca de informações e soluções para seus conflitos familiares, portanto, uma postura serena proporciona um espaço de mediação adequado, e como efeito colateral dessa postura, a profissional é constantemente solicitada, porque faz um trabalho fundamental, com muita segurança e termina sendo conhecida como uma pessoa que transpassa firmeza nas orientações, deixando todos mais tranquilos e seguros, pela ótica dos discentes, ela é olhada como uma pessoa que resolve os problemas e os conflitos.

Por tudo isso, exposto, o CEJUSC – Famílias, no que concerne o setor psicossocial, corresponde a um espaço que demonstra união entre os colaboradores, muito em face das experiências quem são compartilhadas entre os estagiários. Neste cenário, os discentes dirimiram todas suas questões, curiosidades e interesses, e como retorno, perceberam a psicóloga como uma profissional com significativo conhecimento do ordenamento jurídico com que trabalha, especialmente no que tange os direitos de família, portanto, a profissional vai além do conhecimento psicológico, utilizando-se de muita técnica dentro da psicologia jurídica.

Discutindo a experiência do Estágio Básico

O cumprimento da disciplina de estágio básico proporcionou a visita a um aparelho público que pode ser tomado como exemplo de que a Psicologia pode abranger todos os aspectos das relações humanas, a partir do momento em que o psicólogo atua em várias esferas, e não fica somente restrito ao ambiente da clínica, isto é, o psicólogo pode e deve atuar em todas as áreas em que haja pessoas que



necessitam do seu auxílio para refletir seus papéis, suas condutas e seus próprios entendimentos acerca de sua própria existência.

Ademais, a disciplina propiciou a compreensão de que o psicólogo pode desenvolver a habilidade de acolhimento, escuta, cuidado e a busca da resolução de problemas, levando em consideração que cada caso que se apresenta é um caso único, particular, peculiar, que demanda atuações próprias, sensíveis e criativas para as resoluções de problemas.

Muito dessa compreensão alcançada pelos discentes adveio como resultado da observação da postura das profissionais responsáveis pelo CEJUSC - Famílias, por quanto elas demonstraram o cuidado, o respeito para com os pais, bem como, o respeito às diversidades de famílias, o cuidado, a cautela e o afeto ao falar em relação as famílias, de fato interessadas em alcançar o objetivo da mediação entres as partes.

Em face do exposto, a experiência do primeiro estágio básico representou para os discentes a oportunidade de se deparar com um aspecto cultural diferente, com um âmbito profissional muito singular, em que as pessoas se comportam, movimentam-se e se vestem de maneira formal, diferente das demais culturas e cenários de convívio dos discentes, nem por isso, diante da formalidade, há a perda da sensibilidade, da humanidade e de compreensão por parte dos profissionais.

Assim, a disciplina culminou numa experiência acadêmica e pessoal gratificante, do princípio ao fim, uma experiência que foi além das expectativas dos discentes, conforme eles se expressaram, como uma agradável surpresa, possibilitando o crescimento em ensinamento, enquanto graduandos, lidar com a oportunidade de conhecer as profissionais tão bem preparadas, concede mais energia e motivação para exercer a ciência psicológica, esta abrangente área de conhecimento.

E, este sentimento gratificante, conferiu a confiança necessária para deslocar-se ao ambiente da observação. O movimento que lhes proporcionou muitos conhecimentos, ainda mais se tratando da disciplina de Psicologia Jurídica que ainda dominam tão pouco, porém, ao chegar ao local, ao vivenciarem o ambiente onde nunca se esteve antes, ajudou a tomar decisões, a dar mais um passo rumo a escolha de carreira, e se ainda resta alguma dúvida, se ainda se encontram confusos, a experiência do estágio tem ajudado responder algumas questões, a se encontrarem



cada vez mais em si mesmos, a perceber novas possibilidades, novas oportunidades de conquistar os espaços.

Para estes discentes, que a priori não se compreendiam capazes de alçar voos além dos limites da instituição de ensino superior, na experiência do estágio básico puderam ir mais a fundo, conhecer os termos, os funcionamentos práticos, a forma como o fazer Psicologia não se limita às paredes dos consultórios, logo, compreendem o estágio como uma etapa imprescindível, e necessária, um movimento de ir ao encontro dos anseios comunitários e esse movimento permite que suas concepções se alarguem ao conseguirem ter a visão mais abrangente do campo da Psicologia, de como ela pode ser efetivada sem ser elitista, de como é possível testemunhar, na prática, a interdisciplinaridade com a ciência jurídica e, acima de tudo, poder observar o excelente profissional torna-se uma experiência inspiradora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cumprimento a carga horária da disciplina de Estágio básico, os discentes do terceiro período de Psicologia concluíram que foi de um aprendizado incomensurável a experiência de observar a atuação de um Psicólogo em sua área de atuação, muito em razão dos aspectos que valem a pena serem lembrados.

Primeiramente, o estágio básico foi um dos primeiros contatos dos discentes com sua futura prática profissional e favoreceu a reflexão acerca da postura ética na prática profissional. Em segundo lugar, a participação na disciplina concedeu aos discentes o desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas, especialmente no que se refere ao contexto da Psicologia Jurídica e a pluridimensionalidade das vivências dos discentes do Curso de Psicologia da uma faculdade particular da Cidade de Manaus – AM.

Os discentes puderam traçar um paralelo entre as expectativas, as fantasias e os desejos iniciais e a realidade encontrada no campo de observação prática, da mesma forma em que puderam comparar os fundamentos teóricos da interdisciplinaridade da disciplina de Psicologia jurídica com as atividades práticas da profissional observada, o que lhes proporcionou concluir que a prática profissional pode e deve estar embasada em uma fundamentação teórica científica, que lhe



favorece o aspecto ético, mas que também enseja a abertura para a criatividade e inovação, elevando o patamar da práxis da ciência psicológica.

No quarto momento, as pesquisas que fundamentaram o movimento de ir ao encontro da instituição judicial, motivaram os discentes a conhecer mais a fundo a área de interesse de seus estudos, no caso, a Psicologia Jurídica a ponto de os fazerem concluir que a atuação do psicólogo no âmbito judicial é de fundamental importância para possibilitar que as demandas judiciais enxerguem muito além da literalidade da lei. Afinal, somente será possível, através do olhar compreensivo da subjetividade, enxergar as peculiaridades, as particularidades dos contextos e das relações para dirimir conflitos e conciliar as partes envolvidas em litígios.

O encontro com a profissional despertou nos discentes um sentimento de inspiração e se tornou uma referência para a busca de seus desenvolvimentos acadêmicos, profissionais e pessoais. A postura ética e técnica, sem deixar de lado a leveza e a naturalidade, com que a profissional se posicionou e apresentou sua prática de Psicologia, proporcionou os discentes a compreensão de que é possível adotar uma postura científica perfeitamente alinhada a uma condição humana, capaz de ser compreensiva diante das demandas daqueles que necessitam de ajuda sem deixar de ser incisiva nas tomadas de decisões e na delegação de responsabilidades.

Por fim, a experiência de observação da prática profissional, especialmente no que se buscou com referência a Psicologia jurídica, demonstrou para os discentes que ainda há muito trabalho a ser feito e que, há, além dos muros da instituição de ensino superior, uma comunidade ávida pela presença dos profissionais que eles almejam vir a ser. Portanto, diante do ainda longo trajeto da graduação, a experiência da disciplina de estágio básico culminou na reflexão acerca do próprio caminhar acadêmico e reforçou a idealização de quão bons profissionais poderão se tornar, num indefinido processo de vir-a-ser.

REFERÊNCIAS

- Anastasi A. & Urbina S. (2000) *Testagem psicológica*. 7a edição. Porto Alegre: Artes Médicas. 575 páginas. ISBN 85-7307-615-1
- Castro, Ewerton Helder Bentes de; Meira, Janderson Costa; Silva, Atália Maria Schaecken; Macêdo, Elcilene Lima de; Alencar, Emanuel Herbert Elias & Silva, Gabriela Monteiro da. (2024) Plantão psicológico em escolas do sistema



público de ensino: o estágio básico em Psicologia e sua pluridimensionalidade.
IN: *AMAZônica -Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*,
Vol. 17, número 1, jan-jun, pág. 8-36.

Coelho Junior, Leconte de Lisle (2022) *Práticas de estágio básico em psicologia* [livro eletrônico] Editora Amplla, 142 p.

Cronbach, Lee J. (1996). *Fundamentos Da Testagem Psicológica*. 5a edição. Porto Alegre: Artes Médicas. 575 páginas. ISBN 85-7307-180X

Giorgi, Amedeo & Souza, Daniel. (2010) *Método fenomenológico de investigação em psicologia*. Fim do Século.

Lucas, Douglas Cesar & Homrich, Marcele Teixeira. (2011). Psicologia Jurídica: Considerações Introdutórias. Direito em Debate – *Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí*. Ano XX nº 35, jan. jun. 2011 / nº 36, jul.-dez.

Negreiros, Mauro Batista & Paes, Jane da Silva. Psicologia Geral E Jurídica E Suas Teorias. *AMAZônica -Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, Vol. 17, número 1, jan-jun, 2024, pág. 681-699

Noronha, Ana Paula Porto & Alchieri, João Carlos (2004). CONHECIMENTO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. *Rev. Estudos de Psicologia*, PUC-Campinas, v. 21, n. 1, p. 43-52, janeiro/abril

Oliveira, Heitor Moreira de. (2011). A psicologia jurídica e a psicanálise freudiana como bases teórico-práticas para uma abordagem interdisciplinar do direito. *REDUNB*, V.10-E (especial eletrônica).

Pereira, Denis Guimarães & Castro, Ewerton Helder Bentes de (2019) Psicologia fenomenológica: o método de pesquisa. In: Castro, Ewerton Helder Bentes de (Org.) (2019) *Práticas de pesquisa em psicologia fenomenológica* – Appris, p.15-32.

Silva, Caroline dos Reis. (2020). Contexto histórico da psicologia jurídica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 05, Vol. 11, pp. 125-133. Maio.

Autores:

Mauro Batista Negreiros

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Saúde Metal, Álcool e Outras Drogas pela Universidade Estadual do Amazonas – UEA. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Kuriós. Bacharel



em Psicologia pela UFAM. Docente da Faculdade de Tecnologia da Amazônia – FATEC. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial LABFEN (FAPSI/UFAM). Supervisor no Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: m.b.negreiros@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0535-4567>

Jane da Silva Paes

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicologia Clínica de Base Fenomenológica pelo Instituto de Ensino Vision. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Bacharela e Psicologia pela UFAM. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO). Preceptora em Psicologia na Pós-graduação em Saúde Pública com ênfase em Estratégia de Saúde da Família (UEA/ESAP). Coordenadora Adjunta da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE/UFAM). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial LABFEN (FAPSI/UFAM). Supervisora no Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: janedasilvapaes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-8518>

Alice Guimarães de Sales

Graduanda em psicologia pela faculdade de tecnologia do Amazônia – FATEC. E-mail: alicegsaless@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3760-8135>

Cristina Pereira da Silva

Graduanda em psicologia pela faculdade de tecnologia da Amazônia – FATEC. E-mail: cp592974@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3614-3885>

João Vítor Araújo Freitas

Graduando em psicologia pela faculdade de tecnologia do Amazônia – FATEC. Email: thevituur@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5381-8806>

Marlyse Pantoja de Almeida

Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia da Amazônia – FATEC. E-mail: marlysepantoja@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-43570625>